GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2026/SESPA-LACEN

PAE nº E-2026/2224360

RESUMO

PROMOTOR

Estado do Pará | SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA-LABORATÓRIO CENTRAL DO PARÁ

CNPJ nº 05.054.929/0001-17.

OBJETO

Aquisição de testes qualitativos visuais multicromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco famílias de carbapenemases mais prevalentes (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM) a partir de colônias bacterianas puras; insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF).

MÉTODO DE DISPUTA

☐ Aberto

☒ Aberto e fechado

☐ Fechado e aberto

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

☒ Menor preço

☐ Maior desconto

ENTREGA



Forma: O bem deve ser entregue em 5 parcelas, sendo a 1ª em até 30 dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com 10 dias de antecedência ao fiscal do contrato.

Prazo: Até 30 dias.

Local

Augusto Montenegro ,524 – Parque Guajará, CEP 66823-010 no horário de **08:00 as 17:00 horas**.

VALOR TOTAL

R$ xxxx



REAJUSTE

Índice

☒ IPCA ☐ INCC ☐ Outro: (sigla)
☐ INPC ☐ IGPM

Período	A cada **12 meses**, a contar de **20.07.2026.** (Com a possibilidade de prorrogação com base no art. 106 da Lei 14.133/21)

PAGAMENTO

Forma	Ordem bancária em conta corrente aberta pela contratada no Banco do Estado do Pará.
Prazo	Até 30 dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) atestada pelo fiscal do contrato. O atesto pelo fiscal já pressupõe a comprovação de regularidade fiscal pela contratada.

ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data	**27/11/2026**
Hora	10:00 h

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

CLÁUSULA 1

Promotor do pregão

O promotor deste pregão é o Estado do Pará, por intermédio do Laboratório Central do Estado do Pará, vinculado à Secretaria de Saúde Pública, CNPJ nº 05.054.929/0001-17, com sede na Rodovia Augusto Montenegro, km 10, s/n, Distrito de Icoaraci, Belém-PA, neste ato representado pelo Alberto Simões Jorge Júnior, brasileiro, casado, Farmacêutico, CPF nº 630.584.212-49, RG nº 3233137, designado como Diretor Geral do LACEN-PA pela Portaria LACEN nº 05 de 06/01/2021, publicada no DOE nº 34.453 de 07/01/2021 e para este Pregão eletrônico será designada como agente de contratação Simone Serrão Rodrigues **PORTARIA Nº 74 DE 30 DE ABRIL DE 2025, do LACEN no D.O.E. nº 35.222 de 12 DE MAIO DE 2025.**

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

A presente licitação será realizada por meio de **PREGÃO ELETRÔNICO 90009/2026/LACEN/SESPA** e observará a Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Estadual nº 2.937 de 10 de maio de 2023, Lei Complementar Federal nº 123/06, demais normas aplicáveis e as condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto desta licitação é a Aquisição dos insumos necessários e específicos para a continuidade das atividades desenvolvidas na Seção de Bacteriologia e Micologia deste Laboratório, contemplando: testes qualitativos visuais multicromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco famílias de carbapenemases mais prevalentes (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM) a partir de colônias bacterianas puras; insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa

(MALDI-TOF), para atendimento ao LABORATÓRIO CENTRAL DO PARÁ, de acordo com as especificações e condições constantes neste Edital e anexos.

3.2 Os bens a serem licitados são os seguintes itens descritos no TR:

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	**Descrição**	**Código SIMAS**	**Und**	**Qtd**	**Valor Unitário Estimado****	**Total****
1	TESTE CARBAPENEASES, RAP.,(KPC,OXA48,VIM,IMP,NDM), 20 TESTES	228320-4	JG	200		
2	SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE AC.TRIFLUORACETICO,100ML SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE ÁCIDO TRIFLUOACÉTICO, FRASCO COM 100ML.	225333-0	FRC	8		
3	TESTE VANCOM.B,PAINEL,12CAV./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE VANCOMICINA B, PAIN EL(PLACA)COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCENTRACOES DE 64 A 0,125MCG /ML DE VANCOMICINA E CONTROLE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICRO TITULAÇÃO	227268-7	JG	30		

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

4	TESTE POLIM.B,PAINL,12CAV./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE POLIMIXINA B,PAINEL (PLACA) COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCEN TRACOES DE 64 A 0,125MCG/ ML DE POLIMIXINA E CONTRO LE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICROTITULAÇÃO E 1 FRASCO DE SOLUÇÃO REVELADORA	227269-5	JG	50		
5	TESTE CRYPTOCOCCUS, IMUNOCROM., DETECCAO RAPIDA, 50 TESTES	208601-8	JG	5		
6	TESTE ANTÍGENO, P/ ASPERGILOSE INVASIVA, ENZIMATICO, P/ 50 TESTES	224588-4	UND	4		
7	TESTE ANTÍGENO PARACOCCIDIOIDES, 1 ML	224589-2	FRC	2		
8	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-PARACOCCIDIOIDES, 1ML	234185-9	FRC	2		
9	TESTE ANTÍGENO P/ IDENTIFICAÇÃO DE HISTOPLASMA, 1 ML	224590-6	FRC	2		
10	REAGENTE CONTROLE POSIT. P/TESTE ANTI-HISTOPLASMA-ID, 1ML	234188-3	FRC	2		
11	TESTE ANTÍGENO COCCIODIOIDES, 1 ML	224591-4	FRC	2		
12	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-COCCIDIOIDES, 1ML	234189-1	FRC	2		
13	ANTIGENO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ASPERGILLUS, 1ML	234186-7	FRC	2		
14	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI- ASPERGILLUS, 1ML	234187-5	FRC	2		
15	HEMOCULTURA UNICA PEDIATRICO,FRC.C/9ML EM MEIO DE CULTURA	181905-4	FRC	20		
16	HEMOCULTURA UNICO ADULTO, FRC. C/ 45ML EM MEIO DE CULTURA	181904-6	FRC	20		

17	ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO (HCCA),10 FRC C/ 2,5MG ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO(HCCA), MATRIZ PARA ESPECTOMETRIA DE MASSA, JOGO CONTENDO 10 FRASCOS COM 2,5MG	225388-7	JG	10		
18	TESTE BACTERIANO PADRAO DE CALIBRACAO(IVD-BTS), 5X 50µL TESTE BACTERIANO, PADRAO DE CALIBRACAO (IVD-BTS), PROTEINAS E PEPTIDEOS DE ESCHERICHIA COLI DH5 ALPHA, 5X 50µL.	225378-0	JG	10		
VALOR GLOBAL ESTIMADO**						

3.3 A licitação observará o seguinte:

☐ **Item único**;

☒ **Divisão em itens**, conforme tabela do item 3.2 deste edital;

☐ **Lotes**, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do TR, facultando-se ao LICITANTE a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem; ou

☐ **Lote único**, formados por itens de a, conforme tabela constante no TR e conforme tabela do item 3.2 , devendo o LICITANTE oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

CLÁUSULA 4

Condições para participar da licitação

4.1 Poderão participar desta licitação os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o 3º dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 O LICITANTE se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como verdadeiras suas propostas e lances, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do PROMOTOR por danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso.

4.3 É de responsabilidade do LICITANTE conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no item 4.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação.

4.4 A incorreção dos dados registrados nos sistemas relacionados no item 4.1 poderá motivar a inabilitação do LICITANTE por descumprimento do dever constante no item anterior.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as MEs, EPPs, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei Federal nº 14.133/21, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o Microempreendedor Individual (MEI), nos limites previstos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e na Lei Estadual nº 8.417/16.

4.5.1- Para os itens de a participação é **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos do art. 48 da Lei Complementar Federal nº 123/06.

4.5.1.1- Itens de participação é **exclusiva** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP): **Itens 2,3,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17 e 18.**

4.5.2- O benefício a que se refere o item anterior fica limitado às MEs e EPPs que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados superem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

a. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

b. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

c. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador,

acionista ou detentor de mais de 5% do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação for para serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

d. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

e. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que atue na licitação ou fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404/76, concorrendo entre si;

g. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos proibidos pela legislação trabalhista;

h. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição.

4.7 É vedada a participação direta ou indireta de agente público do órgão ou entidade contratante na licitação ou da execução do contrato.

4.8 Para o cumprimento do item anterior, deve-se observar situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

4.9 O impedimento de que trata a alínea d do item 4.6 será também aplicado ao LICITANTE que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com a intenção de evitar a aplicação da sanção que impede a participação na licitação, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovada a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do LICITANTE.

4.10 Desde que o órgão ou entidade julgue necessário para o atendimento da necessidade que motiva a contratação, o autor dos projetos e a empresa a que se referem as alíneas b e c do item 4.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

4.11 As empresas integrantes do mesmo grupo econômico também são consideradas como autoras do projeto.

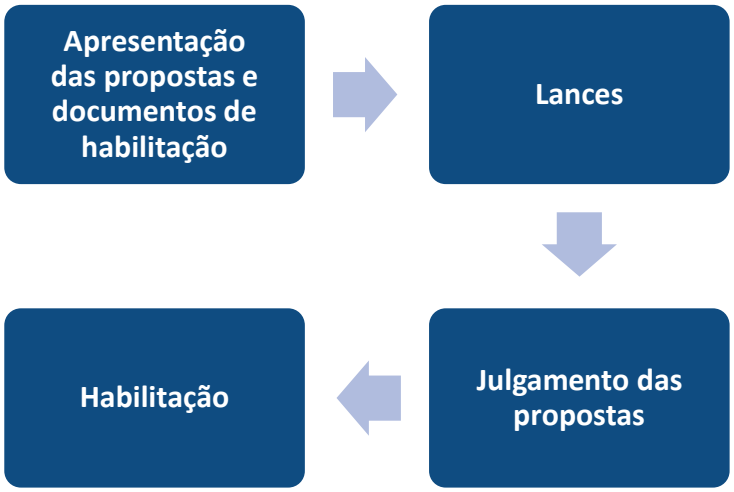
4.12 O disposto nas alíneas *b* e *c* do item 4.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como obrigação do contratado a elaboração do projeto executivo.

4.13 A proibição do item 4.7 também se aplica ao terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

CLÁUSULA 5

Fases da licitação, apresentação da proposta e documentos de habilitação

5.1 A licitação terá as seguintes fases:



5.2 Os LICITANTES encaminharão por meio do sistema eletrônico as suas propostas com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o LICITANTE declarará em campo próprio que:

a. Está ciente e concorda com as condições contidas neste edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua proposição e que preenche os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

b. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

c. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado;

d. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

e. Se o LICITANTE for organizado em cooperativa, declarará também que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4 As MEs, EPPs ou sociedade cooperativa deverão declarar, ainda, em campo correspondente que cumprem os requisitos estabelecidos no art. 3° da Lei Complementar Federal nº 123/06 e podem usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto no art. 4º, §§ 1º ao 3º, da Lei Federal nº 14.133/21.

5.4.1 Se houver item exclusivo para participação de ME e EPP, a marcação do campo "*não*" impedirá o prosseguimento na licitação para aquele item;

5.4.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para ME e EPP, a marcação do campo "*não*" apenas impedirá que o LICITANTE se beneficie do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, mesmo que ele seja ME, EPP ou sociedade cooperativa.

5.5 A realização de declarações falsas nos itens 5.3 e 5.4 sujeitará o LICITANTE às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21 e neste Edital.

5.6 Os LICITANTES poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.

5.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo LICITANTE. A classificação ocorrerá somente depois dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de lances.

5.8 Os documentos que compõem a proposta dos LICITANTES convocados para apresentação de propostas serão disponibilizados para acesso público após a fase de lances.

5.9 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o LICITANTE poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastro da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.10 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo LICITANTE durante a fase de disputa, sendo proibido:

a. A inserção de lance em valor superior ao já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *menor preço*; e

b. A inserção de percentual de desconto inferior ao lance já registrado pelo LICITANTE no sistema, quando adotado o critério de julgamento por *maior desconto*.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.9 será **sigiloso** para os demais LICITANTES e para o PROMOTOR, mas pode ser disponibilizado aos órgãos de controle externo e interno da administração.

5.12 Caberá ao LICITANTE acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela administração ou de sua desconexão.

5.13 O LICITANTE deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

CLÁUSULA 6

Preenchimento da proposta

6.1 O LICITANTE deverá enviar sua proposta por meio do preenchimento dos seguintes campos no sistema eletrônico:

a.
☒ valor do item.
☐ (percentual) desconto.

b. Marca.

c. Fabricante.

d. Descrição do objeto, contendo informações similares à especificação do TR.

6.2 O LICITANTE está vinculado a todas as especificações do objeto feitas na proposta.

6.3 Os valores propostos incluem todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4 Os preços ofertados na proposta inicial e na fase de lances serão de responsabilidade do LICITANTE e são inalteráveis, mesmo na hipótese de erro, omissão ou outro pretexto, salvo a hipótese do item 7.13.

6.5 Nesta licitação, a ME e a EPP poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.6 A apresentação das propostas obrigar cumprir o que nelas estão contidas e em conformidade com o TR.

6.7 Em virtude do compromisso previsto no item 6.6, o LICITANTE que apresenta proposta está obrigado a executar o objeto licitado nos termos da proposta, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidades e qualidades adequadas à execução contratual, promovendo sua substituição, quando requerido.

6.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 DIAS, a contar da data de sua apresentação.

6.9 Os LICITANTES devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas:

a. Caso o critério de julgamento seja o de *maior desconto*, o preço decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas.

b. O descumprimento das regras deste item pode causar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado, e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências:

1. Determinação, aos envolvidos, de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, IX, da CF/88; e/ou

2. Condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao Tesouro, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

CLÁUSULA 7

Abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances

7.1 A abertura da presente licitação será realizada em sessão pública e eletrônica, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 A proposta que identifique o LICITANTE será desclassificada.

7.3 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.4 A não desclassificação da proposta não impede que ela seja julgada desclassificada, por ocasião de sua aceitação definitiva.

7.5 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

7.6 Apenas as propostas classificadas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o PREGOEIRO e os LICITANTES.

7.8 Iniciada a fase de lances, os LICITANTES deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado do seguinte modo: pelo valor total do ITEM.

7.10 Os LICITANTES poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

7.11 O LICITANTE somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema, conforme o critério de julgamento deste edital.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances ofertados pelos LICITANTES será de

7.13 O LICITANTE poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.14 O procedimento observará modo de disputa adotado da seguinte forma:

Modo de Disputa	Regras

☐ **Aberto**

a. No modo de disputa aberto, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

b. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos da sessão pública.

c. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

d. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

e. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

f. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários.

☒ **Aberto e fechado**

a. No modo de disputa **aberto e fechado**, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

b. A fase de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 minutos. Após esse tempo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, a partir daí, será aleatoriamente determinado um tempo de até 10 minutos para envio de lances. Terminado este prazo adicional, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

c. Encerrado o prazo previsto na alínea anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e

os das ofertas com preços até 10% superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado, no prazo de 5 minutos. Este lance será *sigiloso* até o encerramento do prazo de 5 minutos.

d. No procedimento de que trata a alínea anterior, o LICITANTE poderá manter o seu último lance da etapa aberta ou ofertar um lance melhor.

e. Não havendo pelo menos 3 ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de 3, oferecer um lance final e fechado no prazo de 5 minutos. Durante este prazo, o lance terá caráter *sigiloso*.

☐ **Fechado e aberto**

a. No modo de disputa **fechado e aberto**, somente podem participar os LICITANTES que apresentarem a proposta de menor preço/maior percentual de desconto e os das propostas até 10% superiores/inferiores àquela.

b. Neste modo de disputa, os LICITANTES apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

c. Não havendo 3 propostas nas condições definidas na forma da alínea *a*, poderão os LICITANTES que apresentaram as 3 melhores propostas, considerados as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

d. A fase de lances da sessão pública terá duração de 10 minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 minutos do período de duração da sessão pública.

e. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a alínea anterior, será de 2 minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

f. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas alíneas anteriores, a sessão pública se encerrará automaticamente e o

sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

g. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em 2º lugar for de pelo menos 5%, o PREGOEIRO, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

h. Após o reinício previsto na alínea anterior, os LICITANTES serão convocados para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance.

7.15 Após o término dos prazos estabelecidos no item 7.14, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem [*A ordem será crescente),* quando adotado o critério de julgamento por menor preço, *e decrescente,* quando adotado o critério de julgamento por maior desconto] de valores.

7.16 Não serão aceitos 2 ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em 1º lugar.

7.17 Durante o transcurso da sessão pública, os LICITANTES serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do LICITANTE.

7.18 No caso de desconexão com o PREGOEIRO durante a etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos LICITANTES para a recepção dos lances.

7.19 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o PREGOEIRO durar mais de 10 minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 horas da comunicação deste fato pelo PREGOEIRO aos LICITANTES, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.20 Caso o LICITANTE não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21 Em relação a itens não exclusivos para participação de MEs e EPPs, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as MEs e EPPs participantes, procedendo à comparação com os valores da 1ª colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de se aplicar o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123/06, regulamentada pela Lei Estadual nº 8.417/16.

7.21.1 Nessas condições, as propostas de MEs e EPPs que se encontrarem na faixa de até 5% acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a 1ª colocada.

7.21.2 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da 1ª colocada, no prazo de 5 minutos controlados pelo sistema, contados a partir comunicação automática para tanto.

7.21.3 Caso a ME ou EPP melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais LICITANTES ME e EPP que se encontrem naquele intervalo de 5% na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no item anterior.

7.21.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas MEs e EPPs que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos itens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que 1º poderá apresentar melhor oferta.

7.22 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23 Havendo empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

Disputa final

Os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

Avaliação do desempenho contratual prévio

Deverão ser utilizados preferencialmente registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações contratuais prévias.

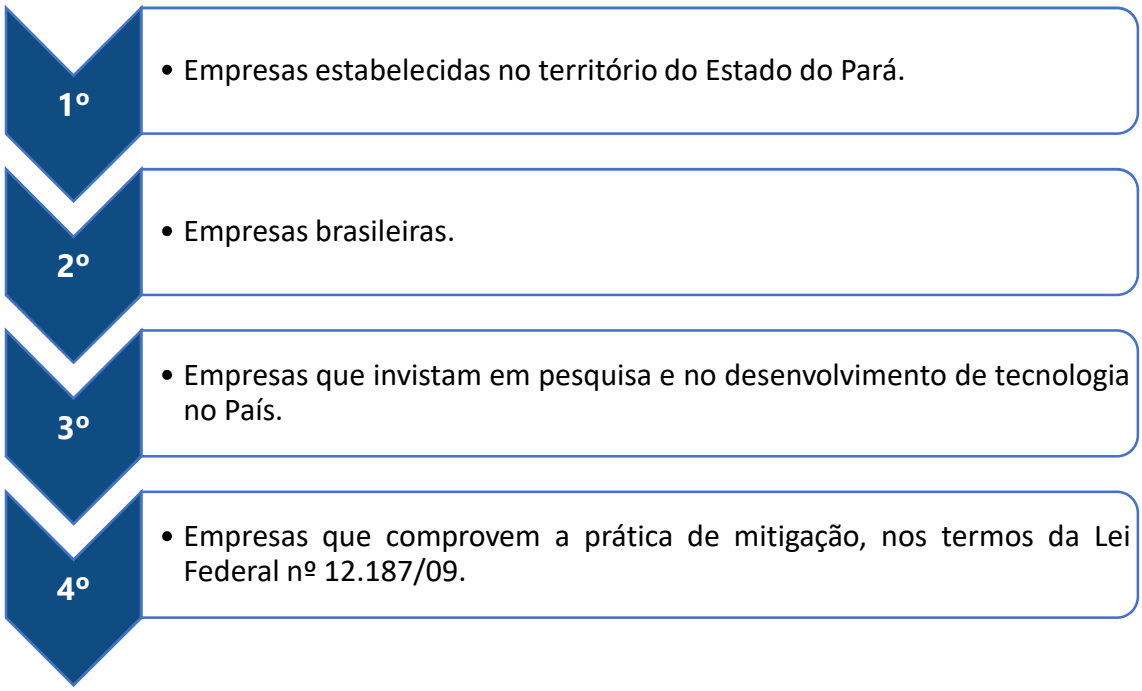
Desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho

Conforme regulamento.

Desenvolvimento de programa de integridade

Conforme orientações dos órgãos de controle.

7.24 Persistindo o empate, será assegurada preferência sucessivamente às:



7.25 Na hipótese da proposta do 1º colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o PREGOEIRO poderá negociar condições mais vantajosas depois de definido o resultado do julgamento.

7.26 Se após a negociação com o 1º colocado ele for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação pela Administração, a negociação poderá ser feita com os demais LICITANTES, de acordo com a ordem de classificação inicialmente estabelecida.

7.27 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais LICITANTES.

7.28 O resultado da negociação será divulgado a todos os LICITANTES e anexado aos autos do processo licitatório.

7.29 O PREGOEIRO solicitará ao LICITANTE mais bem classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada acompanhada dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 É facultado ao PREGOEIRO prorrogar o prazo estabelecido no item anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo LICITANTE, se o requerimento for feito antes do término do prazo.

7.31 Após a negociação do preço, o PREGOEIRO iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

CLÁUSULA 8

Julgamento das propostas

8.1 Encerrada a negociação do preço, o PREGOEIRO verificará se o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar atende às condições de participação na licitação, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos e este Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a. SICAF;

b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa LICITANTE e de seu sócio majoritário, considerando a proibição do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

8.3 Caso a consulta mostre OCORRÊNCIAS IMPEDITIVAS INDIRETAS, o PREGOEIRO verificará se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas, de acordo com o seguinte procedimento:

a. A tentativa de fraude será verificada por meio da checagem de vínculos societários, linhas de fornecimento similares ou outros elementos que indiquem a tentativa de fugir da aplicação de sanção impeditiva de licitar ou de contratar;

b. O LICITANTE será convocado para manifestação antes de uma eventual desclassificação;

c. Após a defesa e sendo constatada a tentativa de fraudar a aplicação de sanção, o LICITANTE será julgado inabilitado.

8.4 O procedimento de habilitação será iniciado depois de constada a capacidade do LICITANTE participar.

8.5 Caso o LICITANTE provisoriamente classificado em 1º lugar tenha utilizado algum tratamento favorecido às MEs e EPPs, o PREGOEIRO verificará se ele faz *jus* ao benefício, em conformidade com este Edital.

8.6 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o PREGOEIRO examinará a proposta classificada em 1º lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

- **a.** Contiver vícios que não possam ser sanados;
- **b.** Não obedecer às especificações técnicas contidas no TR;
- **c.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- **d.** Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- **e.** Não estiver de acordo com as exigências deste Edital ou seus anexos, desde que o erro não possa ser sanado.

8.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% do valor orçado pela administração, devendo o PREGOEIRO investigar a exequibilidade da proposta por meio das seguintes análises:

- **a.** Verificação se o custo do LICITANTE ultrapassa o valor da proposta; e
- **b.** Ausência de custos de oportunidade que justifiquem a oferta realizada.

8.9 Somente a verificação dos fatos referidos nas alíneas **a** e **b** do item anterior autoriza a constatação da inexequibilidade da proposta e a sua consequente desclassificação.

8.10 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições dos itens 8.8 e 8.9, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- **a.** Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- **b.** No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

c. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

d. Será exigida garantia adicional do LICITANTE vencedor cuja proposta for inferior a 85% do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

8.11 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o LICITANTE poderá ser notificado para comprovar a exequibilidade da proposta.

8.12 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS elaborada pela Administração, o LICITANTE classificado em 1º lugar será convocado para apresentar planilha elaborada por ele com os valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o LICITANTE vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global e empreitada integral, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.13 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo LICITANTE no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a corrigir erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15 Caso o TR exija a apresentação de amostra, o LICITANTE classificado em 1º lugar deverá apresentá-la conforme ali descrito, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença é aberta a todos os LICITANTES e interessados.

8.17 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.18 A proposta do LICITANTE será recusada nos seguintes casos:

a. Não entrega ou entrega atrasada da amostra, sem que tenha havido justificativa aceita pelo PREGOEIRO; ou

b. Entrega no prazo, mas fora das especificações previstas no TR.

8.19 Se a amostra apresentada pelo 1º classificado não for aceita, o PREGOEIRO analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo 2º classificado. Seguir-se-á com a verificação das amostras e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no TR.

CLÁUSULA 9

Habilitação

9.1 Os documentos previstos no TR serão exigidos para habilitação do LICITANTE.

9.2 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.3 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.4 Se o LICITANTE vencedor for empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto Federal nº 8.660/16, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.5 Em caso de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.5.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o TR exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% , salvo se houver justificativa no processo para não haver esse acréscimo] para o consórcio em relação ao valor exigido para os LICITANTES individuais.

9.6. Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia enviada por meio eletrônico.

9.7 Os documentos exigidos para a habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei Federal nº 14.133/21.

9.8 Será verificado se o LICITANTE apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.9 Será verificado se o LICITANTE apresentou no sistema a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, sob pena de inabilitação.

9.10 O LICITANTE deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na legislação, convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

9.11 Caso o TR preveja a realização de vistoria, o LICITANTE deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização da vistoria prévia.

9.11.1 O LICITANTE que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado [indicar forma de agendamento], de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros LICITANTES.

9.11.2 Caso o LICITANTE opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento das condições e peculiaridades da contratação.

9.12 A habilitação será verificada por meio do SICAF nos documentos abrangidos por ele.

9.12.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.13 A verificação em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões pelo PREGOEIRO constitui prova para fins de habilitação.

9.14 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de [no mínimo, 2 horas], prorrogável por igual período, contado da solicitação do PREGOEIRO.

9.15 A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao LICITANTE vencedor.

9.16 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em diligência para:

a. Complementação de informações sobre os documentos apresentados pelo LICITANTE e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura da licitação; e

b. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.17 Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação ou a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18 Se o LICITANTE não atender às exigências para habilitação, o PREGOEIRO examinará a proposta subsequente na ordem de classificação até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no item 9.14.

9.19 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do LICITANTE cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos o procedimento de habilitação.

9.20 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das MEs e EPPs somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

CLÁUSULA 10

Adjudicação e homologação

10.1 O objeto da licitação será adjudicado ao LICITANTE declarado vencedor:

a- por ato do PREGOEIRO, caso não haja interposição de recurso; ou

b- pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

CLÁUSULA 11

Recursos

11.1 A apresentação de recurso contra o julgamento das propostas, habilitação ou inabilitação de LICITANTES, a anulação ou a revogação da licitação observará o disposto no art. 165 da Lei Federal nº 14.133/21.

11.2 O prazo recursal é de 3 dias úteis, contados da data da notificação da decisão a ser recorrida ou de lavratura da ata.

11.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do LICITANTE, deve-se observar o seguinte:

a. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de não ser possível apresentar o recurso; e

b. O prazo para apresentação das razões do recurso será iniciado na data da notificação da decisão ou da lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá:

a. Reconsiderar sua decisão no prazo de 3 dias úteis; ou

b. Encaminhar o recurso, no prazo de 3 dias úteis, para a autoridade superior, que deverá decidi-lo no prazo de 10 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6 Os recursos apresentados fora do prazo não serão conhecidos.

11.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais LICITANTES será de 3 dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente emita a sua decisão final.

11.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos que não possam ser aproveitados.

11.10 Os autos do processo permanecerão acessíveis aos interessados por meio do Portal Compras-Pará.

CLÁUSULA 12

Infrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do LICITANTE a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Deixar de entregar a documentação exigida para a licitação ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo PREGOEIRO durante o certame;	**Multa**
b. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:	0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;	*e*
2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;	**Impedimento de licitar e contratar***
3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;	* Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "*Declaração de inidoneidade para licitar e contratar*".
4. Deixar de apresentar amostra;	

5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;	
c. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;	
d. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração; **e.** Apresentar declaração ou documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a licitação; **f.** Fraudar a licitação; **g.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando: **1.** Agir em conluio ou contra a lei; **2.** Induzir deliberadamente a erro no julgamento; **3.** Apresentar amostra falsificada ou deteriorada; **h.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; **i.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	**Multa** 15% a 30% do valor do contrato licitado. *e* **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**

12.2 As sanções somente poderão ser aplicadas após o contraditório e ampla defesa do LICITANTE ou adjudicatário.

12.3. As sanções previstas no item 12.1 não excluem as responsabilidades civil e criminal dos envolvidos.

12.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

a. A natureza e a gravidade da infração cometida.

b. As peculiaridades do caso concreto.

c. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

d. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

e. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.5 A multa será de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de [definir número] dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.6 As sanções poderão ser aplicadas cumulativamente ou não com a penalidade de multa.

12.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.9 A sanção de impedimento de licitar e contratar impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado do Pará.

12.10 A duração da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

12.11 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração descrita na alínea *c* do item 12.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do PROMOTOR.

12.12 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o LICITANTE ou o adjudicatário para, no prazo de

15 dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.13 Da aplicação das sanções multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 dias úteis observado o seguinte:

a. O prazo para recorrer se inicia na data da intimação;

b. O recurso será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.14 Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá a pedido de reconsideração no prazo de 15 dias úteis, contado da data da intimação.

12.15 O recurso a que se refere o item 12.13 deverá ser decidido no prazo máximo de 20 dias úteis, contado do seu recebimento.

12.16 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que a autoridade competente decida sobre ele.

12.17 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA 13

Impugnação ao edital

13.1 Qualquer pessoa pode impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/21 ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

13.2 A impugnação ou solicitação de esclarecimento pode ser feita até 3 dias úteis antes da data da abertura da sessão pública.

13.3 A resposta à impugnação ou à solicitação de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4 A impugnação e a solicitação de esclarecimento poderão ser realizadas por meio eletrônico, por meio do e-mail: cpl.lacen.pa@gmail.com

13.5 As impugnações e as solicitações de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos na licitação.

13.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização da licitação, observados os prazos mínimos para a apresentação das propostas e lances previstos no Dec Estadual nº 2.940, de 2023.

CLÁUSULA 14

Disposições finais

14.1 A ata da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico.

14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da licitação na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo PREGOEIRO.

14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF.

14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os LICITANTES, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os LICITANTES assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não poderá ser responsabilizada por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

14.8 Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do LICITANTE, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

14.11 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas e no Portal ComprasPará.

14.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Minuta de Contrato

ANEXO II- Modelo de Proposta do Fornecedor

ANEXO III – Termo de Referência

Belém-PA, 12 de novembro de 2026.

ALBERTO SIMÕES JORGE JÚNIOR
Diretor Geral do LACEN/PA

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/20XX
PAE nº 2026/2224360

RESUMO

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATANTE

Estado do Pará SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA-LABORATÓRIO CENTRAL DO PARÁ

Nome do órgão
CNPJ nº **05.054.929/0001-17**

ou

Nome da entidade
CNPJ nº

OBJETO

Aquisição de testes qualitativos visuais multicromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco famílias de carbapenemases mais prevalentes (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM) a partir de colônias bacterianas puras; insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF)

ENTREGA

Forma: O bem deve ser entregue em 5 parcelas, sendo a 1ª em até 30 dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante seu aviso com 10 dias de antecedência ao fiscal do contrato

Prazo: **30 dias corridos** após a emissão da nota de empenho.

Local: Augusto Montenegro ,524 – Parque Guajará, CEP 66823-010 no horário de **08:00 as 17:00 horas.**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

VALOR TOTAL ESTIMADO

R$ xxxxx

REAJUSTE

Índice XIPCA ☐ INPC ☐ INCC ☐GPM

Período A cada **12 meses**, a contar de **20.07.2026**

PAGAMENTO

Forma : Ordem bancária em conta corrente aberta pela contratada no Banco do Estado do Pará.

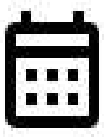
Prazo: **3 0 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.



FISCALIZAÇÃO

Os fiscais do contrato são os servidores: Susan Beatriz Batista de Oliveira, matrícula 57191055/1 ,Rosa Márcia Saraiva Gentil matrícula 239062/1.

VIGÊNCIA



Prazo ***12*** **meses**. (Com a possibilidade de prorrogação com base no art. 106 da Lei 14.133/21)

Inicio: **XX/XX/20XX**
Fim: **XX/XX/20XX**

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA 1

Partes

Este contrato tem como PARTES:

CONTRATANTE

CONTRATANTE:

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA DO PARÁ, por intermédio do LABORATÓRIO CENTRAL CNPJ nº 05.054.929-0001-17, com sede na Av. Augusto Montenegro, 524, Parque Guajará Bélem-Pará, CEP: 66823-010 neste ato representado pelo ALBERTO SIMÕES JORGE JUNIOR brasileiro, casado, Farmacêutico, CPF nº 630.584.212-49 e RG nº 3233137 Diretor Geral do LACEN-PA.

CONTRATADO:

NOME DA ENTIDADE, [natureza jurídica], CNPJ nº xx.xxx.xxx/xxxx-xx, com sede naXXXXXX, neste ato representado pelo [**NOME DO TITULAR DA ENTIDADE** e cargo].

CLÁUSULA 2

Fundamento legal

O presente contrato é oriundo do **Pregão Eletrônico nº 90009/2026** constante no PAE nº *2026/2224360* e é regido pela Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 3

Objeto

3.1 O objeto da contratação é aquisição de testes qualitativos visuais multicromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco famílias de carbapenemases mais prevalentes (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM) a partir de colônias bacterianas puras; insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF)

3.2 Este instrumento se vincula ao edital licitatório citado na Cláusula 2, à proposta do licitante vencedor e aos anexos desses documentos.

3.3 Os bens adquiridos são os seguintes itens descritos no Termo de Referência:

Lote	Item	Descrição	Código SIMAS	Apres.	Qtd	Valor Unitário Estimado**	Total**
	1						
	2						
	3						
						VALOR GLOBAL ESTIMADO**	

CLÁUSULA 4

Entrega dos bens:

4.1-Os bens serão entregues no Laboratório Central do Estado do Pará – LACEN-PA, com sede à Av. Augusto Montenegro, 524 - Parque Guajará, Belém - PA, CEP 66823-010.

4.2 O bem deve ser entregue em 5 parcelas, sendo a 1ª em até 30 dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante aviso com 10 de antecedência.

CLÁUSULA 5

Preço

O valor global do contrato é **R$ XXXX.** e todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes de sua execução estão *inclusas* neste preço, como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do contrato.

CLÁUSULA 6

Dotação orçamentária

As despesas desta contratação estão programadas em dotação do orçamento do Estado do Pará para o exercício de 2026 na classificação:

Gestão /Unidade: 20120

PT: 10.305.1507-8882
NATUREZA:339030
FONTE : 01600000049001878
PI: 1020008882C

CLÁUSULA 7

Reajuste

7.1 O contrato será reajustado pelo índice de **IPCA.**

7.2 É devido reajuste contratual apenas a cada **12 meses**, a contar de **20.07.2026.**

7.3 O reajuste se *restringirá* ao valor do *saldo contratual* existente na data em que aquele for devido.

7.4 O reajuste será realizado *de ofício* pelo CONTRATANTE mediante a aplicação do índice de correção monetária mencionado na Cláusula 7.1 na

base de cálculo do item 7.3.

7.5 O reajuste será automático e independerá de requerimento do CONTRATADO.

7.6 O reajuste será realizado por *simples apostila*.

7.7 No caso de atraso ou não divulgação do índice do item 7.1, o CONTRATANTE utilizará a sua última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.8 Caso o índice do item 7.1 venha a ser extinto ou não possa mais ser utilizado, as PARTES elegerão novo índice, fixando-o por meio de termo aditivo.

7.9 Não será devido reajuste quando o atraso na entrega do bem for atribuível ao CONTRATADO.

CLÁUSULA 8

Pagamento

8.1 O pagamento será realizado em **30 dias corridos**, a contar do recebimento da nota fiscal ou fatura atestada pelo fiscal do contrato.

8.2 O pagamento será efetuado por ordem bancária para conta de titularidade da contrato cujos dados são:

Banco	
Agência	
Conta	

8.3 Havendo erro na apresentação da nota fiscal, fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o CONTRATADO adote as medidas para saneamento das pendências.

8.4. Na hipótese do item 8.3, o prazo para pagamento começará a correr depois da comprovação da regularização da pendência, sem ônus à CONTRATANTE.

8.5A data do efetivo pagamento será considerada aquela que constar da ordem bancária emitida para quitação da nota fiscal ou fatura.

8.6 A regularidade fiscal do CONTRATADO deve ser verificada pelo CONTRATANTE por ocasião do pagamento por meio de consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de

Fornecedores (SICAF) ou, na impossibilidade de acesso a ele, devem ser consultados sítios eletrônicos oficiais ou, ainda, ser solicitada a documentação física listada no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21.

8.7 A constatação de irregularidade fiscal do CONTRATADO não impede o pagamento do que foi executado, mas constitui falta contratual, a ser sancionada em procedimento de inexecução contratual.

8.8 Antes da instauração do procedimento de inexecução contratual a que faz menção o item 8.7, o CONTRATADO deve ser notificado para regularizar a pendência no prazo de **5 dias úteis**. Não sendo regularizada, deve-se instaurar o procedimento de inexecução contratual, ofertando contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO.

8.9 A instauração do procedimento de inexecução contratual não impede o pagamento do serviço que já foi prestado.

8.10 Diante da gravidade do caso concreto e para proteger o Erário e o interesse público, a autoridade competente pode decidir pela suspensão do contrato, ocasião em que somente será pago o serviço que já foi prestado.

8.11 Caso ao final do procedimento a que faz menção a parte final do item 8.8 a autoridade decida pela rescisão contratual, o pagamento será sustado automaticamente.

8.12 A inadimplência do CONTRATADO junto ao SICAF é causa de rescisão contratual, exceto se a autoridade máxima do CONTRATANTE justificar a necessidade de manutenção do contrato por motivo de economicidade, segurança estadual ou outro de interesse público de alta relevância.

8.13 O CONTRATANTE efetuará a retenção tributária prevista na legislação aplicável por ocasião do pagamento.

8.14 O CONTRATADO optante do Simples Nacional não sofrerá retenção tributária em relação aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, mas o pagamento ficará condicionado à comprovação, por documento oficial, de que o CONTRATADO é beneficiário do tratamento tributário previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06.

CLÁUSULA 9

Garantia de cumprimento contratual

9.1. Não haverá garantia contratual.

Cláusula 10

Obrigação das partes:

10.1 O **CONTRATANTE** tem a obrigação de:

a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com este contrato, Termo de Referência e anexos.

b. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

c. Notificar o CONTRATADO sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido para que ele seja substituído, reparado ou corrigido às suas expensas.

d. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações do CONTRATADO.

e. Efetuar o pagamento do objeto fornecido no prazo, forma e condições aqui estabelecidos.

f. Aplicar ao CONTRATADO as sanções decorrentes da inexecução total ou parcial do contrato.

g. Decidir sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos meramente protelatórios, manifestamente impertinentes ou de nenhum interesse à boa execução do ajuste.

10.2 O **CONTRATADO** tem a obrigação de:

a. Entregar o objeto no prazo constante no Termo de Referência, acompanhado do manual do usuário com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

b. Aceitar acréscimos ou supressões unilaterais impostos pelo CONTRATANTE de até **25%** do valor atualizado do contrato, nas mesmas condições pactuadas inicialmente.

c. Responsabilizar-se pelos vícios e danos do objeto, nos termos dos arts. 12, 13 e 17 a 27, da Lei Federal nº 8.078/90.

d. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo de até **24 horas** antes da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

e. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar esclarecimentos ou informações por eles solicitados.

f. No prazo fixado pelo fiscal do contrato, reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual ou dos materiais empregados.

g. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do cumprimento deste contrato e de todo dano causado ao CONTRATANTE ou a terceiros, cuja responsabilidade não será reduzida pela fiscalização ou acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, o qual ficará autorizado a descontar o valor dos danos sofridos dos pagamentos devidos ou da garantia.

h. Na hipótese do item 8.6, parte final, quando solicitado o CONTRATADO deverá entregar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

1. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.

2. Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União.

3. Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital da sede do CONTRATADO.

4. Certidão de Regularidade do FGTS.

5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6. Nota fiscal atestada pelo fiscal do contrato.

i. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE.

j. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de **24 horas**, qualquer ocorrência anormal que se verifique no local da execução do objeto contratual.

k. Manter durante a vigência do contrato todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação, na contratação direta.

l. Cumprir durante todo o período de execução do contrato a reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras reservas de cargos previstas na legislação.

m. Comprovar o cumprimento da alínea acima no prazo fixado pelo fiscal do contrato, indicando os empregados que preencheram as referidas vagas.

n. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento do quantitativo de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos do art. 124, II, *d*, da Lei Federal nº 14.133/21.

o. Cumprir as normas de segurança do CONTRATANTE, além da legislação vigente em âmbito federal, estadual e municipal.

CLÁUSULA 11
Responsabilidade por danos

11.1 A responsabilidade pelos danos causados por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinado, é exclusivamente do CONTRATADO.

11.2 A responsabilidade pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros é exclusivamente sua.

11.3 O CONTRATANTE não responderá pelos compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, ou por qualquer dano causado por ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 12
ıfrações e sanções administrativas

12.1 Constituem infrações administrativas do CONTRATADO a serem punidas com as seguintes sanções:

Infração	Penalidade
a. Dar causa à inexecução parcial do contrato.	**Advertência*** * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de "*Impedimento de licitar e contratar*".
b. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo. **c.** Dar causa à inexecução total do contrato. **d.** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame. **e.** Deixar de manter sua proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado. **f.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.	**Impedimento de licitar e contratar*** * Exceto quando se justificar a imposição de penalidade mais grave, ocasião em que poderá ser aplicada a sanção de *"Declaração de inidoneidade para licitar e contratar"*.
g. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato. **h.** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato. **i.** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. **j.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame. **k.** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/13.	**Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**

12.2 O atraso superior a 30 **dias corridos** autoriza a rescisão do contrato por seu descumprimento, nos termos do art. 137, I, da Lei Federal n° 14.133/21.

12.3 A aplicação das sanções previstas neste contrato *não exclui* a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

12.4 As sanções podem ser *cumuladas* com as seguintes multas:

Multa	
Moratória	***Compensatória***
a. **2%** sobre o valor da parcela inadimplida por dia de atraso injustificado até o limite de **x dias corridos** (inserir o número de dias).	**10%** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do seu objeto.
b. **4%** sobre o valor total do contrato por dia de atraso injustificado até o limite de **x dias corridos** (inserir o número de dias) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.	

12.5 Antes da aplicação das sanções, o CONTRATADO será notificado para apresentar defesa no prazo de **15 dias úteis**, contado de sua intimação.

12.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor devido ao CONTRATADO, além da perda deste valor, a diferença será descontada da garantia prestada e/ou será cobrada judicialmente.

12.7 Antes do ajuizamento da cobrança, a multa poderá ser recolhida administrativamente em até **15 dias úteis**, a contar do trânsito em julgado da decisão administrativa.

12.8 A aplicação das sanções será precedida de processo administrativo em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando o *rito especial* previsto no art. 158 da Lei Federal nº 14.133/21 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9 A aplicação das sanções deve observar:

a. A natureza e gravidade da infração.

b. As peculiaridades do caso.

c. As circunstâncias agravantes e/ou atenuantes.

d. Os danos causados ao CONTRATANTE.

e. A implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10 As infrações administrativas tipificadas como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/13 serão apuradas e julgadas em conjunto com as infrações previstas neste contrato, nos mesmos autos.

12.11 A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada quando for utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados o contraditório, ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12.12 No prazo de **15 dias úteis**, a contar da data de aplicação da sanção, o CONTRATANTE informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções aplicadas por ela, para publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

12.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, na forma do art. 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 13

Alterações do contrato

13.1 As alterações contratuais serão disciplinadas pelo art. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

13.2 Caso haja interesse público, o CONTRATANTE pode alterar unilateralmente o contrato para impor acréscimos ou supressões de até **25%** do valor atualizado do contrato,

mantidas as mesmas condições pactuadas inicialmente.

13.3 As PARTES podem acordar suprimir o objeto do contrato em percentual superior a 25% do valor inicial atualizado do contrato.

13.4 Os acréscimos ou supressões não podem transfigurar o objeto da contratação.

13.5 Registros que não caracterizem alteração do contrato podem ser realizados por *simples apostila*, dispensada a celebração de termo aditivo, conforme art. 136 da Lei Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA 14

Extinção do contrato

14.1 O contrato se extingue quando todas as obrigações de ambas as PARTES forem cumpridas, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado.

14.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que o CONTRATANTE deverá providenciar a readequação do cronograma fixado para cumprimento do contrato.

14.3 Se a não conclusão do contrato decorrer de culpa do CONTRATADO, ele ficará constituído em mora, devendo ser instaurado procedimento de inexecução contratual para a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

14.4 Na hipótese do item 14.3, o CONTRATANTE poderá optar, ainda, pela extinção do contrato e adotar as medidas previstas em lei para a continuidade da execução do objeto.

CLÁUSULA 15

Fiscalização

O cumprimento do contrato será fiscalizado pelas servidoras Susan Beatriz Batista de Oliveira, matrícula 57191055/1 ,Rosa Márcia Saraiva Gentil matrícula 239062/1. Lotadas na DBM/LACEN, conforme ato a ser publicado no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA 16

Interpretação

As dúvidas interpretativas sobre as cláusulas deste contrato deverão ser suscitadas ao CONTRATANTE e serão decididas por ele, de acordo com a Lei Federal nº 14.133/21, seus regulamentos, Lei Estadual n° 8.972/20 e observando a jurisprudência dos Tribunais sobre o assunto.

CLÁUSULA 17

Tratamento adequado dos conflitos.

Observado o disposto na Cláusula 16, permanecendo o conflito de interesse, as PARTES se comprometem a submeter a disputa *preferencialmente* à **CÂMARA DE NEGOCIAÇÃO, CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL** para dirimir os conflitos decorrentes deste contrato de maneira consensual, conforme Lei Complementar Estadual n° 121/19.

CLÁUSULA 18

Divulgação e publicação

18.1 O CONTRATANTE divulgará este contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em até **10 dias úteis** e o publicará no Diário Oficial do Estado em forma de extrato, no prazo de **10 dias úteis**.

18.2 Os prazos contidos no item 18.1 são contados da data da assinatura do contrato.

CLÁUSULA 19

Vigência

19.1 O contrato terá vigência de **12 meses**, com início em **dd/mm/aaaa** (inserir data) e término em **dd/mm/aaaa** (inserir data).

19.2. Existem a possibilidade de prorrogação com base no art. 106 da Lei 14.133/21.

19.3 Quando o objeto não for concluído no período acima fixado, o prazo de vigência do contrato será *automaticamente prorrogado*, sem prejuízo da aplicação dos itens 14.3 e 14.4, quando a não conclusão decorrer de culpa do CONTRATADO.

19.4 Antes da prorrogação da vigência do contrato, o CONTRATANTE deverá verificar a regularidade fiscal do CONTRATADO, consultar o CEIS e o CNEP, emitir as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.

CLÁUSULA 20

Foro

As PARTES elegem o foro da Comarca de Belém-PA para resolver os litígios oriundos deste contrato, observado o disposto na Cláusula 17.

Cidade Belém (PA), XX de XX de 20XX

NOME DO TITULAR	**NOME DO CONTRATADO**
Diretor do LACEN-PA	a *Contratado*
NOME DA TESTEMUNHA RG: xxxxxxx PC/UF CPF: xxx.xxx.xxx-xx *Testemunha*	**NOME DA TESTEMUNHA** RG: xxxxxxx PC/UF CPF: xxx.xxx.xxx-xx *Testemunha*

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Proposta de preços referente ao Pregão Eletrônico– nº 90009/2026/LACEN-PA
Empresa:
CNPJ:
Inscrição Estadual:
Endereço:
Telefone _____, fax _____, e-mail _____
Representante:

ITEM	DESCRIMINAÇÃO	Quantidade	Valor Unitário	Valor Global
01	Especificação, nome comercial, princípio ativo, fabricante, marca, país de procedência.			
			VALOR TOTAL	
Valor por extenso				

a) Conta para pagamento: Banco: _____, Ag: ____, C/C _____
b) Validade da Proposta: _____ dias (não inferior a 90 dias);
c) Declaramos que nos preços estão inclusos todos os custos, tributos e despesas necessárias ao cumprimento integral do objeto, não sendo considerados pleitos de acréscimos a esse ou a qualquer título posteriormente, observadas ainda as isenções previstas na legislação.
d) Declaramos que cumpriremos todos os prazos estabelecidos no Edital de seus anexos.
e) A garantia dos produtos é de:
f) Declaramos aceitação total e irrestrita às condições do presente Edital.

OBS: A empresa poderá utilizar o anexo II como modelo para a proposta de preços, devendo apresentar a especificação de cada item detalhadamente.

Local e data

_____

Assinatura e carimbo (representante legal da empresa)

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA
LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

TERMO DE REFERÊNCIA BENS COMUNS

PAE Nº 2026/2224360

O QUE SERÁ CONTRATADO?						
Item	**Descrição**	**Código SIMAS**	**Und**	**Qtd**	**Valor Unitário Estimado****	**Total****
1	TESTE CARBAPENEASES, RAP.,(KPC,OXA48,VIM,IMP,NDM), 20 TESTES	228320-4	JG	200		
2	SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE AC.TRIFLUORACETICO,100ML SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE ÁCIDO TRIFLUOACÉTICO, FRASCO COM 100ML.	225333-0	FRC	8		
3	TESTE VANCOM.B,PAINEL,12CAV./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE VANCOMICINA B, PAIN EL(PLACA)COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCENTRACOES DE 64 A 0,125MCG /ML DE VANCOMICINA E CONTROLE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICRO TITULAÇÃO	227268-7	JG	30		
4	TESTE POLIM.B,PAINL,12CAV./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE POLIMIXINA B,PAINEL (PLACA) COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCEN TRACOES DE 64 A 0,125MCG/ ML DE POLIMIXINA E CONTRO LE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICROTITULAÇÃO E 1 FRASCO DE SOLUÇÃO REVELADORA	227269-5	JG	50		
5	TESTE CRYPTOCOCCUS, IMUNOCROM., DETECCAO RAPIDA, 50 TESTES	208601-8	JG	5		
6	TESTE ANTÍGENO, P/ ASPERGILOSE INVASIVA, ENZIMATICO, P/ 50 TESTES	224588-4	UND	4		
7	TESTE ANTÍGENO PARACOCCIDIOIDES, 1 ML	224589-2	FRC	2		
8	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-PARACOCCIDIOIDES, 1ML	234185-9	FRC	2		

9	TESTE ANTÍGENO P/ IDENTIFICAÇÃO DE HISTOPLASMA, 1 ML	224590-6	FRC	2		
10	REAGENTE CONTROLE POSIT. P/TESTE ANTI-HISTOPLASMA-ID, 1ML	234188-3	FRC	2		
11	TESTE ANTÍGENO COCCIODIOIDES, 1 ML	224591-4	FRC	2		
12	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-COCCIDIOIDES, 1ML	234189-1	FRC	2		
13	ANTIGENO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ASPERGILLUS, 1ML	234186-7	FRC	2		
14	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI- ASPERGILLUS, 1ML	234187-5	FRC	2		
15	HEMOCULTURA UNICA PEDIATRICO,FRC.C/9ML EM MEIO DE CULTURA	181905-4	FRC	20		
16	HEMOCULTURA UNICO ADULTO, FRC. C/ 45ML EM MEIO DE CULTURA	181904-6	FRC	20		
17	ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO (HCCA),10 FRC C/ 2,5MG ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO(HCCA), MATRIZ PARA ESPECTOMETRIA DE MASSA, JOGO CONTENDO 10 FRASCOS COM 2,5MG	225388-7	JG	10		
18	TESTE BACTERIANO PADRAO DE CALIBRACAO(IVD-BTS), 5X 50µL TESTE BACTERIANO, PADRAO DE CALIBRACAO (IVD-BTS), PROTEINAS E PEPTIDEOS DE ESCHERICHIA COLI DH5 ALPHA, 5X 50µL.	225378-0	JG	10		
			VALOR GLOBAL ESTIMADO**			

JUSTIFICATIVA DO AGRUPAMENTO EM LOTES*

Não se trata de um processo por lote, aquisição de Insumos por ítem.

* A contratação por lote *sempre* deve ser *justificada* no campo acima. Se a licitação for apenas por item, a coluna e o campo devem ser excluídos.

** O valor estimado está previsto no estudo técnico preliminar, mas ele pode ser *sigiloso*. Caso seja *sigiloso*, no campo "*O orçamento estimado é sigiloso?*" deverá ser preenchida a justificativa.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

QUAL O MOTIVO DA CONTRATAÇÃO?	Aquisição dos insumos necessários e específicos para a continuidade das atividades desenvolvidas na Seção de Bacteriologia e Micologia deste Laboratório, contemplando: testes qualitativos visuais multicromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco famílias de carbapenemases mais prevalentes (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM) a partir de colônias bacterianas puras; insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF)

NATUREZA DO BEM
☒ Comum. ☐ Especial.

PROVA DE QUALIDADE, RENDIMENTO, DURABILIDADE E SEGURANÇA DO BEM		
HAVERÁ PROVA DE QUALIDADE?	☒ Sim. ☐ Não.	**Justificativa**: Deveram ser novos e ter a garantia mínima de 01 (um) ano a partir do recebimento neste LACEN, com exceção dos que por sua natureza tem validade diversa, e neste caso terá de apresentar a maior validade possível do produto.
O EDITAL EXIGIRÁ AMOSTRA?	☐ Sim. ☒ Não.	**Justificativa**: *(A exigência de amostra deve ser justificada).*
HAVERÁ GARANTIA DO BEM?	☒ Sim. De acordo com o termo de referência, o contratado deverá prestar garantia dos bens indicados nos itens por, no mínimo, 12 meses, a partir do seu recebimento pela contratante ☐ Não.	
HAVERÁ ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☐ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens **X** e **Y**, durante **N** meses, a partir do seu recebimento pela contratante, *por meio de empresa credenciada contratada por ele*, sem custo para a administração pública. ☐ Sim. De acordo com o estudo técnico preliminar, o contratado prestará assistência técnica em relação aos bens indicados nos itens **X** e **Y**, durante **N** meses,	

	a partir do seu recebimento pela contratante, *por meios próprios*, sem custo para a administração pública. ☒ Não será prestada assistência técnica em relação aos itens de 1 a 18.
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	
FORMA DE CONTRATAÇÃO	☐ **Inexigibilidade** de licitação, com fundamento no art. 74, **Y**, da Lei Federal nº 14.133/21. ☐ **Dispensa** de licitação em razão do **valor***, com fundamento no art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/21. * Nesta hipótese, deve-se utilizar preferencialmente a dispensa eletrônica. ☐ **Dispensa** de licitação, com fundamento no art. 75, **Y**, da Lei Federal nº 14.133/21. ☒ Pregão eletrônico.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO	☒ Menor preço. ☐ Maior desconto.
O ORÇAMENTO ESTIMADO É SIGILOSO?	☒ Sim. **Justificativa**: *(Indicar o motivo da escolha do orçamento sigiloso para a contratação)*. Opta-se pela adoção de orçamento sigiloso, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, Melhor competitividade entre os licitantes. ☐ Não.
CRITÉRIO PARA A PROPOSTA SER ACEITA	1 - A proposta deve observar os **valores unitários e globais máximos aceitáveis** conforme planilha de composição de preços do orçamento estimado*. 2- * Se o orçamento estimado for sigiloso, o licitante não saberá os valores unitários e globais máximos, razão pela qual o critério de aceitabilidade do preço também será considerado "sigiloso" para todos os fins. ***Validade da proposta 90 dias.**
	☐ Sim. **Indicar os itens**:

HÁ ITENS COM PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESA DE PEQUENO PORTE?	☐ Não.
REQUISITOS DA CONTRATADA	
SERÁ EXIGIDA HABILITAÇÃO TÉCNICA?	☐ Sim. **Qual?** *(Especificar a exigência).* **Por quê?** *(A exigência de habilitação técnica deve ser justificada).* ☒ Não.
QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS EXIGIDAS	☒ Declaração de ciência das informações necessárias para o cumprimento da futura obrigação contratual. **Justificativa**: Disponibilizar os produtos novos, nunca utilizados, que estejam em conformidade com a linha de produção atual do fabricante e em perfeitas condições de uso, de acordo com as propostas e especificações apresentadas; Assumir a responsabilidade pelas garantias dos produtos licitados, seguindo os padrões de certificação de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho conforme estabelecido pela legislação vigente ☐ Registro na entidade profissional competente. **Justificativa**: *(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso).*

	☐ Indicação de pessoal técnico, instalações e aparelhamento para o cumprimento da futura obrigação contratual com a comprovação de qualificação técnica de cada membro da equipe técnica responsável pela execução dos trabalhos. ☒ Outro previsto em lei especial. **Especificar** * Documentos relativos a habilitação jurídica, fiscal, social , trabalhista e econômica. * Certidões SICAF, CEIS e CNEP ☐ Não será exigida prova de qualificação técnica em razão da baixa complexidade da contratação.	**Justificativa**: *(Justificar o motivo da exigência, indicando a legislação aplicável, se for o caso)*. **Justificativa**: *Conforme exigido no Art.62 a 70 , e V Lei 14.133/2021.)*.
HÁ CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE?	☒ Sim. ☐ Não.	**Especificar** Os insumos devem ser preferencialmente acondicionados em embalagens individuais adequadas, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Bem como seguir as orientações dos fabricantes quanto as condições de armazenamento e transporte para que não sofram variações.
HÁ RISCOS A SEREM ASSUMIDOS PELA CONTRATADA?	☐ Sim. ☒ Não.	**Especificar**: *(Somente é possível definir os riscos se a análise de risco tiver sido realizada. Nessa hipótese, os riscos devem ser especificados neste campo)*.

FORMA DE ENTREGA DO BEM	
COMO O BEM DEVE SER ENTREGUE?	☐ O bem deve ser totalmente entregue de uma só vez, conforme edital. ☒ O bem deve ser entregue em 5 parcelas, sendo a 1ª em até 30 dias, a contar do recebimento da nota de empenho, e as demais, conforme necessidade da contratante dentro do prazo de vigência contratual, mediante aviso com 10 de antecedência. Caberá ao servidor designado **Susan Beatriz Batista de Oliveira, matrícula 57191055/1 ,Rosa Márcia Saraiva Gentil matrícula 239062/1,** como suplente de fiscal de contrato rejeitar totalmente ou em parte, qualquer produto que não seja comprovadamente novo, não esteja com a embalagem devidamente lacrada, bem como solicitar a sua substituição, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, devendo o fornecedor efetuar a substituição do material também em 03(três) dias corridos após a comunicação do servidor.
LOCAL E HORA DA ENTREGA DO BEM	O bem deve ser entregue na sede da contratante, cujo endereço é Endereço de entrega deverá ser no almoxarifado do LACEN/PA, sito à Av. Augusto Montenegro 524, km 10, Distrito de Icoaraci, Belém, Pará, CEP: 66.823-010. No horário de 8 às 17h de segunda a sexta.
PRAZO MÁXIMO DE VALIDADE	No caso de bens perecíveis, o seu prazo de validade na data da entrega não poderá ser menor que 12 meses, conforme prazo total recomendado pelo fabricante
PRAZO, FORMA DE PAGAMENTO E GARANTIA DO CONTRATO	
PRAZO DO CONTRATO	☐ 30 dias (pronta entrega). ☒ 12 meses. ☐ Entrega única, não haverá contrato.
HAVERÁ POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO?	☒ Sim, nas hipóteses do art. 111 da Lei Federal nº 14.133/21. e art.106 da mesma Lei. ☐ Não. Índice de reajuste: IPCA
FORMA DE PAGAMENTO	**Meio** Ordem bancária. **Onde?** Conta corrente aberta pela contratada no Banco do Estado do Pará. **Qual o prazo?** Até **30** dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal (ou fatura) com

		o comprovante de regularidade fiscal da contratada.
	Prova da regularidade fiscal	A regularidade fiscal pode ser provada: **1.** Por consulta ao SICAF ou Cadastramento Unificado de Licitante. *ou* **2.** Pela apresentação dos documentos constantes no art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, quando não for possível consultar aos sistemas oficiais.
QUAL A GARANTIA DO CONTRATO?	☐ **5**% do valor inicial do contrato.	**Justificativa**: *(O percentual somente pode ser superior a 5% mediante justificativa na complexidade técnica ou nos riscos envolvidos, não podendo ser superior a 10%).*
	☒ Não há.	**Justificativa**: *Em virtude da baixa complexidade dos insumos.*

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA		
DADOS ORÇAMENTÁRIOS DA CONTRATAÇÃO	Funcional Programática:	10.305.1507-8882
	Elemento de Despesa:	339030
	Fonte do Recurso:	01600000049001878
	Plano Interno: 1020008882C	
	Obs: Esses dados estão sujeitos à revisão por ocasião da emissão do atestado de disponibilidade orçamentária.	

Belém, PA 29 de julho de 2026.

Susan Beatriz Batista de Oliveira
Matricula: 57191055-1
Farmacêutica

ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2224360

Anexo/Sequencial: 35

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Rosa Márcia Saraiva Gentil,
CPF: ***.633.572-**
Em: 29/07/2026 14:52:34
Aut. Assinatura: 58a121822264b6f8486373c117152d665171f18daa4aac6bab20dae8e8a31924

Identificador de autenticação: ab910038-d3c0-4114-93d9-612c259bb278
Confira a autenticidade deste documento em
https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR INSUMOS

PAE Nº 2026/2224360

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		
QUAL A NECESSIDADE A SER ATENDIDA?	Aquisição dos insumos necessários e específicos para a continuidade das atividades desenvolvidas na Seção de Bacteriologia e Micologia deste Laboratório, contemplando: testes qualitativos visuais multicromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco famílias de carbapenemases mais prevalentes (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM) a partir de colônias bacterianas puras; insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF)	
DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO		
QUAL O TIPO DE OBJETO?	☒ Bem. ☐ Serviço.	
QUAL A NATUREZA?	☒ Continuada.	☐ Com monopólio. ☒ Sem monopólio.
	☐ Não continuada.	
QUAL A VIGÊNCIA?	☐ 30 dias (pronta entrega). ☐ 180 dias. ☒ 12 meses. ☐ Indeterminado. ☐ Outro: nnn	☐ dias. ☐ meses. ☐ anos.
PODERÁ HAVER PRORROGAÇÃO?	☒ Sim. Reajuste contratual terá como base o IGPM ☐ Não.	

	☐ Não se aplica porque o prazo é indeterminado.	
HÁ TRANSIÇÃO COM CONTRATO ANTERIOR?	☐ Sim.	Contrato nº: nnnn/aaaa. Prazo final: dd/mm/aaaa.
	☒ Não.	
PADRÃO MÍNIMO DE QUALIDADE	**Item**	**Descrição detalhada**
	1	TESTE CARBAPENEASES, RAP.,(KPC,OXA48,VIM,IMP,NDM), 20 TESTES
	2	SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE AC.TRIFLUORACETICO,100ML SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE ÁCIDO TRIFLUOACÉTICO, FRASCO COM 100ML.
	3	TESTEVANCOM.B,PAINEL,12CAV./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE VANCOMICINA B, PAIN EL(PLACA)COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCENTRACOES DE 64 A 0,125MCG /ML DE VANCOMICINA E CONTROLE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICRO TITULAÇÃO
	4	TESTE POLIM.B,PAINL,12CAV./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE POLIMIXINA B,PAINEL (PLACA) COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCEN TRACOES DE 64 A 0,125MCG/ ML DE POLIMIXINA E CONTRO LE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICROTITULAÇÃO E 1 FRASCO DE SOLUÇÃO REVELADORA
	5	TESTE CRYPTOCOCCUS, IMUNOCROM., DETECCAO RAPIDA, 50 TESTES
	6	TESTE ANTÍGENO, P/ ASPERGILOSE INVASIVA, ENZIMATICO, P/ 50 TESTES
	7	TESTE ANTÍGENO PARACOCCIDIOIDES, 1 ML
	8	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-PARACOCCIDIOIDES, 1ML
	9	TESTE ANTÍGENO P/ IDENTIFICAÇÃO DE HISTOPLASMA, 1 ML
	10	REAGENTE CONTROLE POSIT. P/TESTE ANTI-HISTOPLASMA-ID, 1ML
	11	TESTE ANTÍGENO COCCIODIOIDES, 1 ML
	12	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-COCCIDIOIDES,

		1ML
	13	ANTIGENO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ASPERGILLUS, 1ML
	14	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI- ASPERGILLUS, 1ML
	15	HEMOCULTURA UNICA PEDIATRICO,FRC.C/9ML EM MEIO DE CULTURA
	16	HEMOCULTURA UNICO ADULTO, FRC. C/ 45ML EM MEIO DE CULTURA
	17	ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO (HCCA),10 FRC C/ 2,5MG ACIDO A-CIANO-4- HIDROXICINAMICO(HCCA), MATRIZ PARA ESPECTOMETRIA DE MASSA, JOGO CONTENDO 10 FRASCOS COM 2,5MG
	18	TESTE BACTERIANO PADRAO DE CALIBRACAO(IVD-BTS), 5X 50µL TESTE BACTERIANO, PADRAO DE CALIBRACAO (IVD-BTS), PROTEINAS E PEPTIDEOS DE ESCHERICHIA COLI DH5 ALPHA, 5X 50µL.
HÁ CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE?	☒ Sim.	**Especificar**: Os bens devem ser preferencialmente, acondicionados em embalagens individuais adequadas, com menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento
	☐ Não.	
HÁ NECESSIDADE DE TREINAMENTO?	☐ Sim. ☒ Não.	
LEVANTAMENTO DE MERCADO		
ONDE FORAM PESQUISADAS AS POSSÍVEIS SOLUÇÕES?	☒ Consulta a fornecedores. ☐ Internet. ☐ Contratações similares. ☐ Audiência pública. ☐ *Outro.* ***Especificar****: (Indicar o meio*).	

JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA PARA A ESCOLHA DA MELHOR SOLUÇÃO	A necessidade da contratação decorre da iminente indisponibilidade desses insumos, cuja utilização é essencial para a execução das atividades laboratoriais de rotina. A ausência desses materiais comprometerá a realização de exames microbiológicos, a identificação de agentes etiológicos, a detecção de mecanismos de resistência aos antimicrobianos e o diagnóstico de infecções fúngicas de relevância clínica, com impacto direto na qualidade e na tempestividade dos resultados emitidos pelo laboratório
HÁ RESTRIÇÃO DE FORNECEDORES?	☐ Sim. ☒ Não.
DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO	
O QUE SERÁ CONTRATADO?	Testes qualitativos visuais imunocromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco principais famílias de carbapenemases (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM), a partir de colônias bacterianas puras; Insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF),
QUAL O PRAZO DA GARANTIA CONTRATUAL?	☒ Não há. ☐ 90 dias. ☐ 12 meses. ☐ Outro: nnn ☐ dias. ☐ meses. ☐ anos.
HÁ NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA?	☐ Sim. **Justificativa**: (*Indicar o motivo da necessidade de assistência técnica para a contratação*). ☒ Não.

HÁ NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO?	☐ Sim. **Descrever solução**: (*Contrato de manutenção*). ☒ Não.

ESTIMATIVA DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO

COMO SE OBTEVE O QUANTITATIVO ESTIMADO?	☒ Análise de contratações anteriores. ☐ Análise de contratações similares. ☐ Outro. **Especificar**: (*Indicar a metodologia*).
DESCRIÇÃO DO QUANTITATIVO?	A previsão de estimativa para 2026 está relacionada com o número de amostrasrecebidas para Testes qualitativos visuais imunocromatográficos (fluxo lateral) para detecção e diferenciação das cinco principais famílias de carbapenemases (KPC, OXA-48-like, VIM, IMP e NDM),; Insumos para identificação de microrganismos por Espectrometria de Massa (MALDI-TOF),no LACEN em 2025 com aumento de 30% totalizando a necessidade testes.

ESPECIFICAÇÃO

Item	Descrição	Qtd em 2025	30%	Apres.	Total
1	TESTE CARBAPENEASES, RAP.,(KPC,OXA48,VIM,IMP,NDM), 20 TESTES	150	50	JG	200
2	SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE AC.TRIFLUORACETICO,100ML SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE ÁCIDO TRIFLUOACÉTICO, FRASCO COM 100ML.	6	2	FRC	8
3	TESTEVANCOM.B,PAINEL,12CA V./LINHA,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE VANCOMICINA B, PAIN EL(PLACA)COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCENTRACOES DE 64 A	21	9	JG	30

		0,125MCG /ML DE VANCOMICINA E CONTROLE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICRO TITULAÇÃO				
	4	TESTE POLIM.B,PAINL,12CAV./LINHA ,P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE POLIMIXINA B,PAINEL (PLACA) COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCEN TRACOES DE 64 A 0,125MCG/ ML DE POLIMIXINA E CONTRO LE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICROTITULAÇÃO E 1 FRASCO DE SOLUÇÃO REVELADORA	35	15	JG	50
	5	TESTE CRYPTOCOCCUS, IMUNOCROM., DETECCAO RAPIDA, 50 TESTES	4	1	JG	5
	6	TESTE ANTÍGENO, P/ ASPERGILOSE INVASIVA, ENZIMATICO, P/ 50 TESTES	3	1	UND	4
	7	TESTE ANTÍGENO PARACOCCIDIOIDES, 1 ML	1	1	FRC	2
	8	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-PARACOCCIDIOIDES, 1ML	1	1	FRC	2
	9	TESTE ANTÍGENO P/	1	1	FRC	2

		IDENTIFICAÇÃO DE HISTOPLASMA, 1 ML				
	10	REAGENTE CONTROLE POSIT. P/TESTE ANTI-HISTOPLASMA-ID, 1ML	1	1	FRC	2
	11	TESTE ANTÍGENO COCCIODIOIDES, 1 ML	1	1	FRC	2
	12	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-COCCIDIOIDES, 1ML	1	1	FRC	2
	13	ANTIGENO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ASPERGILLUS, 1ML	1	1	FRC	2
	14	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-ASPERGILLUS, 1ML	1	1	FRC	2
	15	HEMOCULTURA UNICA PEDIATRICO,FRC.C/9 ML EM MEIO DE CULTURA	14	6	FRC	20
	16	HEMOCULTURA UNICO ADULTO, FRC. C/ 45ML EM MEIO DE CULTURA	14	6	FRC	20
	17	ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO (HCCA),10 FRC C/ 2,5MG ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO(HCCA), MATRIZ PARA				

		ESPECTOMETRIA DE MASSA, JOGO CONTENDO 10 FRASCOS COM 2,5MG	7	3	JG	10
	18	TESTE BACTERIANO PADRAO DE CALIBRACAO(IVD-BTS), 5X 50µL TESTE BACTERIANO, PADRAO DE CALIBRACAO (IVD-BTS), PROTEINAS E PEPTIDEOS DE ESCHERICHIA COLI DH5 ALPHA, 5X 50µL.	7	3	JG	10

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

MEIOS USADOS NA PESQUISA

☒ Painel de preços. ☐ Contratações similares.

☒ Simas. ☐ Fornecedores.

☒ Internet. ☐ Outro. **Especificar**: (*Indicar o meio*).

ESTIMATIVA DE PREÇO

Item	Descrição	Valor Unitário	Qtd	Valor total
1	TESTE CARBAPENEASES, RAP.,(KPC,OXA48,VIM,IMP,NDM), 20 TESTES	R$	200	R$
2	SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE AC.TRIFLUORACETICO,100ML SOLVENTE PADRÃO BRUKER, A BASE DE ÁCIDO TRIFLUOACÉTICO, FRASCO COM 100ML.	R$	8	R$

	3	TESTEVANCOM.B,PA INEL,12CAV./LINHA,P /2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE VANCOMICINA B, PAIN EL(PLACA)COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCENTRACOES DE 64 A 0,125MCG /ML DE VANCOMICINA E CONTROLE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICRO TITULAÇÃO	R$	30	R$
	4	TESTE POLIM.B,PAINL,12CAV./LINHA, P/2 TESTES,64-0,125MCG/ML TESTE POLIMIXINA B,PAINEL (PLACA) COM 12 CAVIDADES POR LINHA,COM CAPACIDADE PARA 02 TESTES COM CONCEN TRACOES DE 64 A 0,125MCG/ ML DE POLIMIXINA E CONTRO LE DE CRESCIMENTO(CC), JOGO COM 10 PLACAS DE MICROTITULAÇÃO E 1 FRASCO DE SOLUÇÃO REVELADORA	R$	50	R$
	5	TESTE CRYPTOCOCCUS, IMUNOCROM., DETECCAO RAPIDA, 50 TESTES	R$	5	R$
	6	TESTE ANTÍGENO, P/ ASPERGILOSE INVASIVA, ENZIMATICO, P/ 50 TESTES		4	R$
	7	TESTE ANTÍGENO	R$	2	R$

		PARACOCCIDIOIDES, 1 ML			
	8	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-PARACOCCIDIOIDES, 1ML	R$	2	R
	9	TESTE ANTÍGENO P/ IDENTIFICAÇÃO DE HISTOPLASMA, 1 ML	R	2	R$
	10	REAGENTE CONTROLE POSIT. P/TESTE ANTI-HISTOPLASMA-ID, 1ML	R$ 3	2	R$
	11	TESTE ANTÍGENO COCCIODIOIDES, 1 ML	R$	2	R$
	12	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-COCCIDIOIDES, 1ML	R$	2	R$
	13	ANTIGENO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ASPERGILLUS, 1ML	R$	2	R$
	14	REAGENTE CONTROLE POSITIVO P/ TESTE ANTI-ASPERGILLUS, 1ML	R$	2	R$
	15	HEMOCULTURA UNICA PEDIATRICO,FRC.C/9 ML EM MEIO DE CULTURA	R$	20	R$
	16	HEMOCULTURA UNICO ADULTO, FRC. C/ 45ML EM MEIO DE CULTURA	R$	20	R$
	17	ACIDO A-CIANO-4-HIDROXICINAMICO (HCCA),10 FRC C/ 2,5MG ACIDO A-CIANO-4-	R$	10	R$

		HIDROXICINAMICO(HCCA), MATRIZ PARA ESPECTOMETRIA DE MASSA, JOGO CONTENDO 10 FRASCOS COM 2,5MG			
	18	TESTE BACTERIANO PADRAO DE CALIBRACAO(IVD-BTS), 5X 50µL TESTE BACTERIANO, PADRAO DE CALIBRACAO (IVD-BTS), PROTEINAS E PEPTIDEOS DE ESCHERICHIA COLI DH5 ALPHA, 5X 50µL.	R$	10	R$
				TOTAL	

JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

A SOLUÇÃO SERÁ DIVIDIDA EM ITENS?	☒ Sim.			
	☐ Não.	**Por quê?**	☐ Objeto indivisível.	☐ Perda de escala.
			☐ Tecnicamente inviável.	☐ Economicamente inviável.
			☐ Aproveitamento da competitividade.	☐ Outro. **Especificar**: (*Indicar o motivo*).

CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES

HÁ CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES?	☐ Sim. **Especificar**: (*Indicar o PAE e o número do contrato administrativo, especificando o seu objeto correlato/interdependente*). ☒ Não.

ALINHAMENTO DA CONTRATAÇÃO COM O PLANEJAMENTO	
HÁ PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL?	☒ Sim. **Especificar item do PCA**: Encontra-se no Planejamento da SESPA/LACEN (UG 200120)
	☐ Não. **Providências**: (*Justificar a ausência no plano de contratações anual, podendo indicar a previsão da contratação em outro documento de planejamento ou programa, sendo possível sugerir a inclusão no próximo plano de contratações anuais, se cabível. Para tanto, deve-se dar ciência ao setor responsável pelo plano de contratações anual*).
RESULTADOS PRETENDIDOS	
QUAIS OS BENEFÍCIOS PRETENDIDOS NA CONTRATAÇÃO?	☐ Manutenção do Funcionamento Administrativo ☐ Redução de Custos ☐ Aproveitamento de Recursos Humanos ☐ Redução dos Riscos do Trabalho ☐ Ganho de Eficiência ☒ Serviço/Bem de Consumo ☐ Realização de Política Pública ☐ Outro. **Especificar**: (*Indicar o benefício*).
PROVIDÊNCIAS PENDENTES	
HÁ PROVIDÊNCIAS PENDENTES PARA O SUCESSO DA CONTRATAÇÃO?	☐ Sim. **Especificar**: (*Apresentar cronograma de providências a serem adotadas antes e durante o contrato para assegurar o êxito do resultado, como capacitação de servidores, adequação do espaço físico etc*). ☒ Não.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PÚBLICA

LABORATÓRIO CENTRAL DO ESTADO DO PARÁ

IMPACTOS AMBIENTAS E MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	
HÁ PREVISÃO DE IMPACTO AMBIENTAL NA CONTRATAÇÃO?	☐ Sim. **Especificar os impactos**: (*Detalhar*). **Especificar as medidas de mitigação dos impactos**: (*Detalhar*). ☒ Não.
CONCLUSÃO	
A CONTRATAÇÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA, SOCIOECONÔMICA E AMBIENTAL?	☒ Sim. ☐ Não.

Belém, PA 15 de julho de 2026.

Susan Beatriz Batista de Oliveira

Matricula: 57191055-1

Farmacêutica

ASSINATURAS

Número do Protocolo: 2026/2224360

Anexo/Sequencial: 19

Este documento foi assinado eletronicamente na forma do Art. 6º do Decreto Estadual Nº 2.176, de 12/09/2018.

Assinatura(s) do Documento:

Assinado eletronicamente por: Rosa Márcia Saraiva Gentil,
CPF: ***.633.572-**
Em: 15/07/2026 15:18:21
Aut. Assinatura: f31ca760a54d4cb60643caba0e2dba5d768496b8a3dbead7aa42ca210c34be83

Identificador de autenticação: 25e41175-4c72-474b-81fc-244489022e1d
Confira a autenticidade deste documento em
https://www.sistemas.pa.gov.br/validacao-protocolo